

Baldios estão “ameaçados” pelos painéis fotovoltaicos, o mercado do carbono e a mineração. “É a biodiversidade que está em causa”

Págs. 4 e 5



Pedido Único 2025 “arrancou cheio de erros e a funcionar mal”

Pág. 3



Estratégia “Água que Une” e Observatório do vinho tardam em ser apresentados

Pág. 3



França procura aliados para travar acordo UE-Mercosul

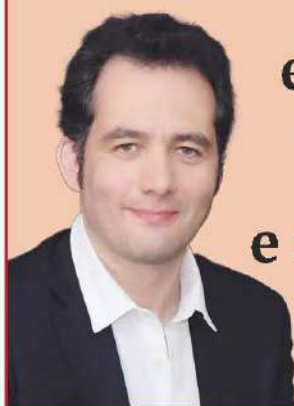
Pag. 8

Guerra de tarifas chegou aos produtos agrícolas. São “um ato de guerra”, diz Warren Buffett

Pág. 8

Autorização de novas plantações de vinha em Portugal: “Há uma evidente contradição entre a palavra e a ação do ministro José Manuel Fernandes”

Pág. 7



Baldios estão “ameaçados” pelos painéis fotovoltaicos, o mercado do carbono e a mineração. “É a biodiversidade que está em causa”

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@agrovida.com.pt

Vida Económica – O anterior Governo, alegando a necessidade de “aumentar a resiliência do território”, decidiu (Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2024, de 26 de janeiro) alargar a criação de novos agrupamentos de baldios a outras áreas do território continental. E passou a integrar a CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal e a CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal como federações representativas de baldios, prestando acompanhamento e apoio ao ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas na coordenação, implementação e celebração de uma segunda geração de contratos-programa. Como olha para esta medida?

Vasco Paiva – Acho muito estranho, porque nem a CONFAGRI, nem a CAP, têm nada nos seus estatutos que possam ter baldios como associados. A CONFAGRI, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, não tem nada a ver com baldios. Nem nunca houve nenhum interesse nem nenhuma intervenção deles em áreas de baldios. O Governo celebrou contratos para eles criarem agrupamentos de baldios. Eu sei que a CONFAGRI anda atrás de um agrupamento que está a ser gerido, em Montalegre, pela Forestis, por exemplo. Há aqui uma disputa entre associações, no fundo, entre confederações e associações, uma disputa pela gestão de áreas baldias. Acho que é uma disputa por dinheiro, porque essas organizações nunca tiveram vocação para os baldios, nunca tiveram nenhuma proximidade aos baldios, nem faz parte dos seus estatutos. Eu tive a curiosidade de ir ver os estatutos da CONFAGRI. Nem faz parte da história da CAP. A Federação dos Baldios em Portugal é a BALADI. A Forestis também criou essa figura dos agrupamentos de baldios, mas é uma anomalia, pronto. Entretanto, está-se a atrasar o novo protocolo de apoio com a Forestis e com a BALADI. Ao fim e ao cabo, nestes protocolos de apoio à BALADI e à Forestis são delegadas muitas competências dos serviços florestais.

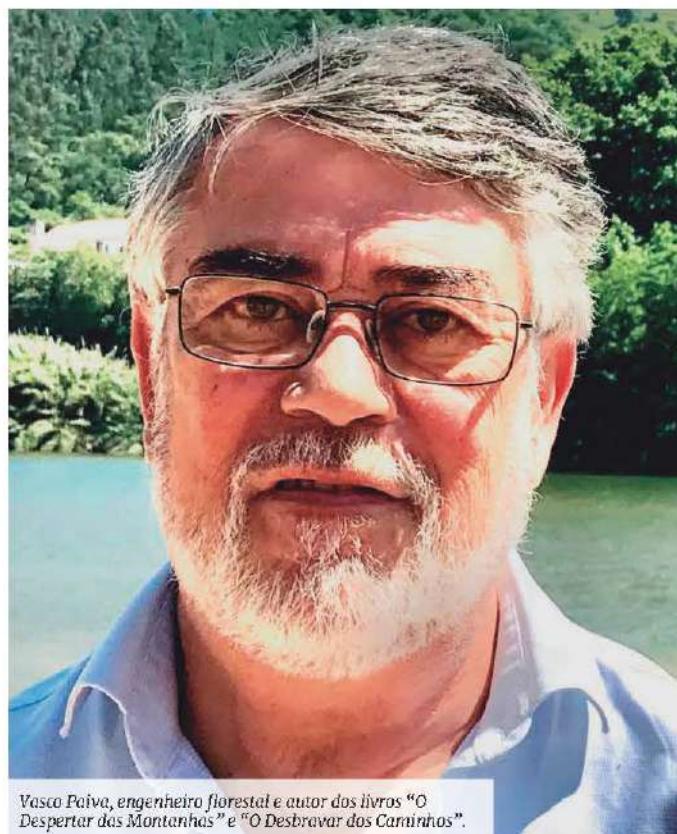
VE – Receia pela gestão das áreas baldias em Portugal?

VP – Há aqui diversas ameaças. Mas deixe-me dizer: os agrupamentos [de baldios] não esgotam a gestão. Há baldios que não estão em agrupamentos, mas têm gestão. Alguns na modalidade A, outros na modalidade B, estes sob certa responsabilidade dos serviços florestais. Ou do ICNF [Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas], agora.

Vasco Paiva, engenheiro florestal, é um estudioso, desde 1973, das lutas dos povos dos baldios e dos agricultores. Trabalhou como técnico de análise de projetos e, a partir de 2000, passou a especialista na produção de plantas em viveiro em Portugal e em Moçambique. Foi assistente convidado na Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Coimbra (ESA-IPB) e é autor, entre outros, dos livros “O Despertar das Montanhas” e “O Desbravar dos Caminhos”.

No âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de abril, a BALADI – Federação Nacional de Baldios e o IPB organizaram, em janeiro, a conferência “Os Baldios nos 50 anos do 25 de Abril”, onde Vasco Paiva revelou “preocupação em relação aos direitos dos baldios” e alertou para a “falta de atenção à produtividade e rendimento dos compartimentos nestas áreas”.

A “Vida Económica” foi entrevistá-lo. Receoso das “ameaças” aos baldios em Portugal, diz-se “contra” a instalação intensiva de painéis fotovoltaicos. “Matam tudo, não criam emprego, significam a destruição da função útil do solo, da agricultura”. Em suma, “é a biodiversidade que está em causa”.



Vasco Paiva, engenheiro florestal e autor dos livros “O Despertar das Montanhas” e “O Desbravar dos Caminhos”.

Veja: ao longo dos anos houve 14 tentativas de alteração da lei dos baldios. Depois do 25 de abril, depois de 1976, houve 14 tentativas de alterações da lei na Assembleia da República. Quais são as atuais ameaças? Uma, são leis que se podem sobrepor à lei dos baldios. Vou referir algumas: os parques naturais ou as áreas protegidas, que acabam muitas vezes também por ter dentro de si zonas de baldios, que não respeitam as comunidades locais. Por exemplo, quando foi do fogo da Serra da Estrela [entre 5 e 23 de Agosto de 2022, que consumiu 28 mil hectares, 25% dentro do Parque Natural], houve um baldio que queria fazer uma limpeza de matos e o Parque Natural não autorizou, dizendo que isso ia contra a dinâmica da vegetação. Eles, apesar de tudo, fizeram, e apanharam uma multa. E o fogo acabou ali onde eles limparam. Portanto, com frequência nós temos situações em que as entidades que gerem áreas protegidas se sobrepõem e não respeitam as comunidades locais. E são técnicos que estão à frente dessas áreas protegidas. Outra ameaça é que utilizam isto [áreas baldias] para o turismo e as comunidades locais não recebem nada em contrapartida, nem recebem do turismo, nem dos ralis que se fazem, das provas desportivas, da Volta a Portugal [em bicicleta], do rali de Portugal, etc. Depois, há ameaças mais recentes.

VE – Que ameaças?

VP – Houve tempos em que a indústria das celuloses procurou arrendar terrenos baldios. Para o eucalipto isto não era interessante, porque normalmente [os baldios] são zonas de serra, mais frias, em que o eucalipto já não cresce bem ou não cresce mesmo. A partir de quase 500, 600 metros de altitude é muito difícil ter produção de eucalipto. Mas à celulose do pinho, os baldios interessavam-lhe, em alguns casos. Mais recentemente, começaram a aparecer as edículas e as centrais fotovoltaicas, começaram a aparecer os direitos do carbono e também a mineração. E alguns destes projetos querem propor e impor ou adoçar as coisas com contratos de arrendamento, alguns que vão até 80 anos. Por valores, nalguns casos, irrisórios. Isto é, ao fim de 80 anos as pessoas já se esqueceram o que é que era baldio. Já se perdeu a matriz de uma comunidade rural, de uma área comunitária. Inclusive, aquilo que possa ser uma receita, apesar de tudo interessante agora, daqui assim a 40 ou 60 anos, já não é.

VE – O arrendamento dos terrenos baldios para a instalação de parques eólicos, fotovoltaicos, para o mercado voluntário do carbono e, até, para a mineração, conflita com a atividade normal dos baldios?

VP – Claro, claro. Onde há um parque fotovoltaico não há pastorícia, por exemplo. Deixa de haver pastorícia, deixa de haver produção pecuária e todos os produtos derivados dessa produção pecuária, deixa de haver tudo. E a própria agricultura, não é?

VE – Tem exemplos concretos de zonas baldias onde essas ameaças estejam a verificar-se?

VP – Para ser concreto, tinha de ter dados da BALADI. Não tenho esse registo. Sei, no entanto, que há a participação [à BALADI] em alguns casos. E o que é que isto dá? Mesmo a agricultura não é possível de praticar, debaixo de painéis fotovoltaicos. Não há fotossíntese, não há nada. Nada é possível. Por outro lado, há aqui um risco, por um lado, em termos sociais e das economias locais e, por outro lado, a agricultura no seu todo também perde com estas novas formas de negócio.

VE – E quais têm sido as respostas das populações locais a estas ofertas, para a instalação de parques eólicos, fotovoltaicos, para a mineração e outras?

VP – Neste momento, há uma discussão toda ela em aberto. É uma discussão em que estão a propor e a tentar negociar.

“As empresas compram créditos de carbono como forma de mitigar as emissões que produzem. Tudo isto afasta as comunidades locais da gestão dos baldios. Acho que os baldios devem servir para o desenvolvimento rural pelas mais diversas formas, quer pelo pastoreio e tudo o que daí advém – a carne, a comercialização dos cabritos, o leite, queijo, as lãs e outros –, quer por outras atividades. A resinagem, por exemplo



Uma outra questão é esta: uma eólica não se dinge à torre. Ela envolve muito mais, nomeadamente os cabos desde a própria torre até ao ponto de chegada da energia à rede. Não está em causa apenas a ocupação do espaço pela torre eólica. Depois, nestas questões dos direitos de carbono, isto é uma forma habilidosa como alguns estão a tentar esconder a sua poluição à custa destas compras dos direitos de carbono. São empresas que compram créditos de carbono como forma de mitigar as emissões que produzem. Tudo isto afasta as comunidades locais da gestão dos baldios e é contrário à perspetiva que tenho. Acho que os baldios devem servir para o desenvolvimento rural pelas mais diversas formas, quer pelo pastoreio e tudo o que daí advém – a carne, a comercialização dos cabritos, o leite, queijo, as lãs e outros –, quer por outras atividades. Por exemplo, a atividade da resinagem, que é extremamente útil, porque o resinheiro, enquanto anda na serra, também limpa à volta dos pinheiros que vai resinar. E está vigilante perante o fogo, vigia a floresta. E, em Portugal, não há nenhum apoio para os resinheiros, ao contrário de França, um exemplo que estudei, em que eles tinham circuitado esta questão com subsídios à interioridade e à fixação de populações, com subsídios aos resinheiros. Até porque há, de facto, uma grande competição à volta do preço da resina no mercado mundial, sobretudo por parte da China e dos Estados Unidos.

VE – Está muito cético em relação ao futuro dos baldios. É assim?

VP – Bom, eu sou contra estas ameaças. E volto à instalação das eólicas e das placas

fotovoltaicas. Sou contra toda a colocação de placas fotovoltaicas no solo. Que as coloquem em cima das fábricas, em cima dos armazéns, das casas, nos parques de estacionamento. No solo, significam a destruição da função útil do solo. E o solo é um bem limitado. É da biodiversidade que está em causa. As placas fotovoltaicas matam tudo. E não criam emprego. Às portas de Coimbra, por exemplo, há uma povoação que começou a ter inundações porque a água escorre por cima das placas fotovoltaicas. Não se infiltra. É como se pusesse um teto ou um telhado. O problema é que eles também não querem pôr isto em cima das pedras, naturalmente, querem áreas grandes e sítios bons e contínuos.

VE – Como se contornam estas situações?

VP – Não sei. Outro dia ouvi o Presidente da Câmara de Tábua dizer que queria atrair o turismo para o concelho. Ora, eles já têm aquilo tudo cheio de placas fotovoltaicas. Em termos de paisagem, as placas fotovoltaicas são um assassínio. Quem é que vai para um sítio para ver placas fotovoltaicas? Só se for tolo, não é? A minha esperança é que, na próxima assembleia-geral da BALADI [amanhã, dia 8 de março, em Vila Real], se possa decidir uma ação comum para travar todo este processo.

Um outro problema é a mineração, a procura de lítio em terrenos baldios, na zona de Boticas e Montalegre, concretamente. E veja outra coisa: estes projetos fotovoltaicos e das eólicas não vão criar emprego. Não vão fixar a população, vão é sacar, explorar recursos. E depois resta saber se reverte algo para as populações locais. E o mais grave é que vão destruir uma ati-

vidade produtiva, agrícola, florestal, pecuária, nestas zonas. Toda a gente diz que é preciso cabras na serra, para combater os fogos. Elas são umas motorçadoras fantásticas, não precisam de gasóleo. E estrumam a terra. E podem dar cabritos e carne e leite para fabricar queijo.

VE – O ICNF está, justamente, a preparar uma nova medida para apoiar o pastoreio no âmbito da prevenção de incêndios e concursos para apoiar as cabras sapadoras e rebanhos de ovelhas e cabras para limpeza de terrenos. Parece-lhe bem?

VP – Sim, mas os pastores têm que ser bem remunerados. Já não estamos a falar daqueles pastores de antigamente, uns pobres coitados que andavam pela serra. Não. É preciso que haja um apoio à jusante, um circuito de comercialização dos cabritos, do leite, do queijo, das lãs. É preciso um trabalho integrado. E apoiar a gastronomia. E, depois, estes produtos serem considerados produtos naturais, até biológicos. Isso foi feito, por exemplo, com os bovinos, com a criação das raças autóctones das regiões demarcadas, do Maronês, do Mirandês, do Barrosão, que depois levou à proteção das raças e à valorização da carne como produto único, certificada de origem. É preciso tudo isso. Veremos.

Forestis constituiu nove agrupamentos de baldios

A Forestis - Associação Florestal de Portugal constituiu nove agrupamentos de baldios (AdBaldios), seis na região Norte e três na região Centro.

De acordo com a informação constante no seu website, a área total da AdBaldios Norte é de 36 879 hectares e o número de baldios dos AdBaldios Norte é 77. A área total AdBaldios Centro é de 16 072 hectares e o número de Baldios dos AdBaldios Centro é 34. No total, são 111 unidades de Baldio, que representam uma área de 52 950 hectares.

Em fevereiro de 2019, em Vila Pouca de Aguiar, celebrou-se o Contrato-Programa para a constituição da 1ª Geração dos Agrupamentos de Baldios (AdBaldios) com ICNF/Fundo Ambiental e Forestis, após intenso trabalho com a BALADI, a Secretaria de Estado das Florestas e o ICNF. Neste processo, entre outros, “foram alcançados quatro importantes objetivos que constituíam há décadas grandes desafios por concretizar”. Dotaram-se todos os Baldios de Planos de Gestão Florestal (PGF); fez-se o cadastro perimetral das unidades de Baldios (Cartografia); realizaram-se Inventários Florestais (Inventário); registaram-se na Autoridade Tributária (AT) e no Registo Predial (INR) os Baldios como património das comunidades locais e ainda no BUPI (Registos Prediais)”.

“Existindo apoio do Estado, abre-se uma nova vida nas terras baldias”

No último livro da autoria de Vasco Paiva, “O Desbravar dos Caminhos” (Ed. Lápis de Memórias, 2023), no capítulo dedicado aos baldios, o autor cita dados apresentados por Pedro Gomes, engenheiro florestal e diretor da BALADI, na VII Conferência dos Baldios. Af se resumia o trabalho dos agrupamentos dos baldios: “constituíram-se 10 agrupamentos de baldios de 55 baldios, com uma área total de 56.242 hectares, da qual já 40% está com Área de Gestão Certificada, 22.440 hectares pelo FSC e PEFC e mais de 4.000 hectares com Certificação de Serviços de Ecossistemas.

Em síntese, o engenheiro florestal referia que, “em todos esses 55 baldios, realizaram 36 Planos de Gestão Florestal individuais, o inventário florestal em 51, o cadastro simplificado em 29, estabeleceram 10 parcerias com Câmaras e Juntas de Freguesia e realizaram mais de 3.500 hectares de Gestão de combustível, em parcelas de 100 hectares, com técnicos especializados em fogo controlado. Realizaram ainda a atualização do Regulamento de Uso e Fruição em 46 baldios”.

Pedro Gomes não tinha dúvidas: “Mantendo-se esta dinâmica e qualidade de trabalho, existindo apoio do Estado e renovação de Protocolos, abre-se, de facto, uma nova vida nas terras baldias”.